



Sufoco. O então presidente do BC brasileiro Carlos Langoni dá entrevista, observado pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvães (à esquerda), após uma reunião com banqueiros no Hotel Plaza, em Nova York, em dezembro de 1982. Para Galvães, foi "a pior fase da história econômica do Brasil"



BANCO CENTRAL: 'DESTA SEMANA, A GENTE NÃO PASSA'

Em 82, frase era repetida no BC, à espera de declaração de insolvência

DANILO FARIELLO
danilo.fariello@bsb.oglobo.com.br
ELIANE OLIVEIRA
eliane@bsb.oglobo.com.br

BRASÍLIA - "Presidente, desta semana a gente não passa". A frase fatídica foi repetida por meses ao longo de 1982 pelo economista Carlos Eduardo de Freitas, então responsável pelas reservas internacionais no Banco Central (BC), para seu chefe, o presidente do BC na época, Carlos Langoni. Em setembro de 1982, após o México ter declarado moratória, o Brasil esperava que uma reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI) em Toronto resultasse na criação de um fundo de cerca de US\$ 25 bilhões para países em desenvolvimento em risco. Isso não ocorreu, e o governo soube ali que era visto como o próximo a quebrar.

A torneira de recursos fechou para o país e, no fim do ano, o déficit em conta corrente chegou a US\$ 14,7 bilhões. Já a dívida bruta foi a US\$ 85,5 bilhões, e o volume de reservas, a menos de US\$ 4 bilhões.

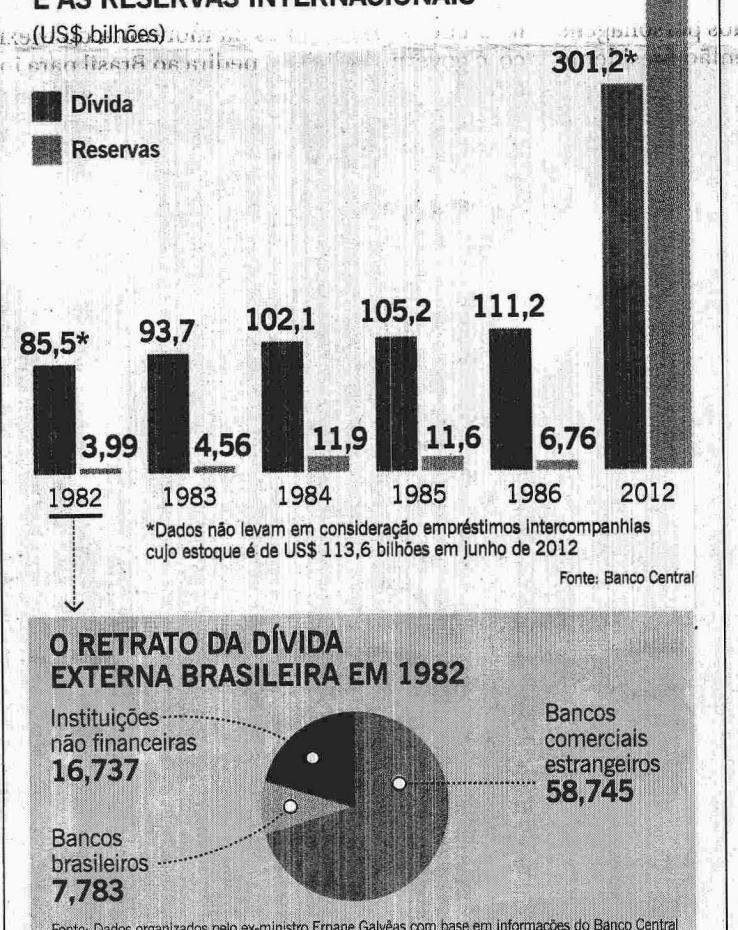
'NÃO HAVERIA MAIS SAÍDA'
No fim de 1982, empresas brasileiras no exterior corriam atrás de centavos para bancar posições prometidas, cuja ruptura poderia resultar na quebra de Banco do Brasil, Petrobras e Companhia Vale do Rio Doce. Para os protagonistas da ginástica financeira, a origem da crise foi o modo como o governo brasileiro lidou com o primeiro choque do petróleo, em 1973.

Muitos países endividados optaram por ajustes para fazer frente ao petróleo caro — então concentrado nos membros da Opep. Já o Brasil quis continuar a crescer sem ajuste e com endividamento. Para o ex-ministro Antônio Delfim Netto, a gestão econômica dos anos 70 foi acertada, porque o país cresceu em ritmo forte.

Já o economista Carlos Eduardo de Freitas destaca que, desde 1975, o Departamento Econômico do BC alertava para a trajetória de risco diante de uma crise internacional. Para Langoni, os eventos dos anos 70 prepararam terreno para o drama de 1982:

— Era previsível, porque o desenrolar dos números mostrava que, mais cedo ou mais tarde, não haveria saída.

Quando Geisel passa o governo a Figueiredo, em 1979, ocorre o segundo choque do



petróleo, uma "desgraça", nas palavras do ex-ministro da Fazenda Ernane Galvães. Naquele ano, o diretor José Carlos Madeira Serrano tomou posse na área externa do BC e chamou Freitas, ainda estudante, para ser seu chefe de gabinete.

"Você vai pegar uma parada dura, porque vai ter de renegociar a dívida", lembra Carlos Eduardo de ter ouvido.

MAIOR CHOQUE VEIO DOS EUA

Ainda em 1979, o governo consegue o último grande fôlego para lidar com a crise: US\$ 1,2 bilhão, junto a bancos estrangeiros. Mas a disparada do petróleo faz as principais economias conterem importações. O Brasil perde em exportações, além de recursos que sustentavam investimentos ambiciosos, como a construção de Itaipu. O maior choque veio dos EUA: uma alta drástica nos juros para conter sua inflação.

Paul Volcker, no Federal Reserve, achava que tudo tinha de ser resolvido pela taxa de juros para reduzir a demanda e elevou-a brutalmente, o que nos pegou com uma dívida externa relativamente grande na

época e nos deixou em situação grave. Aí começa a crise da dívida da América Latina e a pior fase da história econômica do Brasil — disse Galvães.

Pouco antes da quebra do México, em agosto de 1982, o BC puxou a taxa de juros, mas o país já estava no fundo do poço. No fim do ano, o governo teve nova ajuda externa.

Em fevereiro de 1983, o governo faz uma maxidesvalorização cambial de 30%. O saldo da balança comercial salta de US\$ 780 milhões em 1982 para US\$ 6,47 bilhões.

Ao fechar acordo com o FMI, em setembro de 1983, o Brasil comprometeu-se com um ajuste fiscal, mas poucas metas foram cumpridas.

Uma renegociação eficiente da dívida só foi possível no Plano Real, quando o Brasil aderiu ao Plano Brady e transformou a dívida em títulos. "Foram necessários mais de dez anos para que começássemos a sair da crise", escreveu em relato oficial do BC o então negociador-chefe da dívida, Pedro Malan, que, em 1995, tornou-se ministro da Fazenda de Fernando Henrique Cardoso. •